

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 07.10.2005

EMENTÁRIO Nº 2 2 0 8 - 2

13/09/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.702-7 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
 PACIENTE(S) : EDSON ARAÚJO DA PENHA
 IMPETRANTE(S) : JOÃO RIBEIRO DE MORAIS
 COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: I. Habeas corpus: competência do STJ e do STF: pressupostos.

1. Cuidando-se de **habeas corpus** contra decisão de apelação - que, em princípio, devolve ao Tribunal o conhecimento integral da causa - reputa-se competente originariamente o STJ, ainda quando o fundamento da impetração nem haja sido aventado no recurso ordinário, nem dele se haja ocupado a decisão impugnada (v.g., HHCC 76.182, 23.6.98, 1ª T., **Pertence**, DJ 28.8.98; 75.090, 1ª T., 1º.8.97, **Pertence**, RTJ 165/258).

2. A exceção é, além da apelação parcial (C.Pr.Penal, art. 599) e dos recursos de natureza extraordinária (CF/88, arts. 102, III; e 105, III), a das apelações contra as decisões do Tribunal do Júri, cuja devolução se restringe ao fundamento legal - dentre as quatro alíneas do art. 593, III, C. Pr. Penal - indicado na interposição ou, na falta de indicação expressa, ao versado nas razões (v.g., RE 80.423, 1ª T., 15.8.75, **Moreira**, RTJ 75/243; HHCC 54.717, 1º.3.77, 1ª T., **Bilac**, RTJ 81/48; 66.649, 6.12.88, 1ª T., **Moreira**, RTJ 127/929; 68.109, 26.3.91, 1ª T., **Celso**, RTJ 136/606; 68.854, 17.12.91, 2ª T., **Borja**, RTJ 140/138; HC 85.858 - ED, 1ª T., 22.6.05, **Pertence**, DJ 26.8.05; donde, a **Súmula 713** do STF: "O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos de sua interposição").

3. Por isso, na apelação contra as decisões do Júri, ainda que possível o reconhecimento de ofício de nulidade absoluta em favor da defesa, não basta que, a respeito, não se haja pronunciado o juízo da apelação para que a coação se faça imputável ao Tribunal de Justiça, de modo a firmar a competência originária do Tribunal Superior (v.g., HHCC 74.067, 1ª T., 13.8.96, **Gallotti**, RTJ 63/526; 75.090, 1ª T., 10.6.97, **Pertence**, RTJ 165/258; 78.322, 1ª T., 2.3.99, **Moreira**, DJ 23.04.99; 77.552, 1ª T., 11.11.97, **Sanches**, RTJ 174/181; 77.493, 1ª T., 1.9.98, **Pertence**, DJ 9.10.98; 74.518, 2ª T.,



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

18.2.97, RTJ 165/941; 77.993, 1ª T., 9.3.99, **Pertence**, RTJ 169/317; RHC 81.748, 1ª T., 2.4.02, **Pertence**, Inf. 262).

II. Habeas corpus: conhecimento.

Não se sujeita o recurso ordinário de **habeas corpus** nem a petição substitutiva dele ao requisito do prequestionamento na decisão impugnada: para o conhecimento deste, basta que a coação seja imputável ao órgão de gradação jurisdicional inferior, o que tanto ocorre quando esse haja examinado e repelido a ilegalidade aventada, quanto se se omite de decidir sobre a alegação do impetrante ou sobre matéria sobre a qual, no âmbito de conhecimento da causa a ele devolvida, se devesse pronunciar de ofício.

III. Júri: apelação do Ministério Público contra o veredicto, limitada a fundamento diverso daquele assentado pelo Júri para absolver o paciente: inequívoca nulidade do acórdão que cassa veredicto jamais proferido.

1. A apelação da decisão do Júri é adstrita aos motivos invocados pelo apelante, quando da interposição, ou, ao menos, da apresentação tempestiva das razões, que complementam o recurso (v.g., RE 80.423, 15.8.75, 2ª T., **Moreira**, RTJ 75/243-7; RE 92.062, 29.4.80, 1ª T., **Xavier**, DJ 23.5.80; HC 59.486, 2ª T., 13.4.82, **Moreira**, DJ 21.5.82).

2. Mas há de o recurso voltar-se contra o motivo real do veredicto, não contra outro, em que não se haja fundado ele: assim, na espécie, em que a apelação se alicerçou na patente inexistência de legítima defesa real - causa excludente da ilicitude do fato -, ao passo que a absolvição do paciente se baseara na afirmação da chamada legítima defesa **putativa**, excludente da culpabilidade do agente.

3. **Habeas corpus** deferido, de ofício, para cassar o acórdão que julgou a apelação contra o primeiro julgamento do Júri e, em consequência, manter a absolvição do paciente, nele pronunciada.



HC 85.702 / PE

*Supremo Tribunal Federal*A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas tãquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir, de ofício, o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do relator.

Brasília, 13 de setembro de 2005.



SEPÚLVEDA PERTENCE - PRESIDENTE E RELATOR

dfm

Supremo Tribunal Federal

13/09/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.702-7 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
 PACIENTE(S) : EDSON ARAÚJO DA PENHA
 IMPETRANTE(S) : JOÃO RIBEIRO DE MORAIS
 COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Trago a julgamento conjunto o HC 85.702 e o RHC 85.878, que impugnam o mesmo acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, à unanimidade, denegou a ordem lá impetrada.

I

2. O paciente foi pronunciado por homicídio qualificado pelo uso "de recurso que impossibilitou a defesa da vítima" (C.Penal, Art. 121, § 2º, IV) - f. 121/124.

3. O Tribunal do Júri de Exu/PE, por maioria de votos, acolheu a tese de legítima defesa putativa (C.Penal, art. 20, §1º; 23, II; e 25) e absolveu o paciente (f. 57/58 e 125).

4. Considerou-se que o paciente, "em consequência de erro plenamente justificado pela circunstância de ter a vítima feito menção de quem ia sacar de alguma arma, supôs achar-se em face de uma agressão" injusta e iminente "à sua pessoa", motivo pelo qual, usando moderadamente dos meios necessários - arma de fogo -, efetuou os disparos que causaram a morte da vítima.



5. Dessa decisão apelou o Ministério Público estadual, fundado em que o veredicto fora manifestamente contrário à prova dos autos (C.Pr.Penal, art. 593, III, d) - f. 126.

6. As razões da apelação, após enfatizar a existência de prova da materialidade e da autoria, sustentaram não existir nos autos prova de que o réu agiu "amparado pela excludente da ilicitude legítima defesa" (f. 127/137):

"A defesa alega que o réu agiu reagindo a uma injusta agressão, portanto, praticou um fato típico amparado pela excludente de ilicitude legítima defesa.

Essa versão desesperada, tentando o réu, de todas as formas, ficar impune, demonstra cabalmente a fragilidade dos argumentos, **haja vista que nenhuma das testemunhas arroladas pela defesa ou Ministério Público confirma tal versão.**

A defesa, por seu turno, mesmo o réu tendo afirmado, e também todas as testemunhas, que a vítima não estava armada, conseguiu 'convencer' os jurados que o réu agiu em reação a uma injusta agressão;

Tal agressão não existe no mundo jurídico, (os autos) porque da análise ainda que perfunctória, chega-se a ilação lógica, que **não existe nenhuma prova** ter a pobre vítima **agredido** o autor, pelo contrário, todas as testemunhas afirmam que o agente ativo assassinou a vítima **sem ter havido nenhuma discussão e que a mesma tivesse a mínima chance de se defender.**"

7. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, deu provimento ao recurso, conforme esta ementa - Apenso II, f. 136/144⁽¹⁾:

¹ O relatório e o voto-condutor do julgado, sequer mencionaram que a absolvição se dera, efetivamente, pela **excludente da culpabilidade** da legítima defesa putativa: limitou-se a afirmar que não havia nos autos prova que amparasse a tese da **excludente da ilicitude** da legítima defesa real, que não foi objeto do questionário (Apenso II - f. 136).



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

"Veredicto do Conselho de Sentença, que contraria todas as provas dos autos, acolhendo a tese de legítima defesa, é de ser anulado, por não se conformar com os elementos da excludente de ilicitude, para que o réu seja levado a novo julgamento perante o Tribunal do Júri."

8. Sobreveio o segundo julgamento pelo Júri que, no entanto, foi anulado pelo Juiz que o presidiu, assim fundamentada a decisão (f. 61/68):

"Hipótese em que o Conselho de Sentença, após acatar a tese da Defesa de que o acusado agira motivado por erro justificável, rejeitou ser injusta a agressão suposta, de modo a afastar a legítima defesa, e, em seguida, respondeu negativamente ao quesito sobre se o acusado praticou contra a vítima crime de homicídio.

Incongruência que revela perplexidade, de sorte a ensejar a anulação do julgamento para que a outro seja submetido o acusado, que o aguardará em liberdade."

9. Seguiu-se decisão da 2ª Câmara Criminal do TJPe, determinando o desaforamento do próximo júri para Arco Verde/PE, conforme acórdão de cuja ementa extrato (Apenso I, f. 366/371):

"Desaforamento. Dúvida com relação à imparcialidade deste, em virtude de absolvição anterior ao arrepio das provas dos autos, bem assim dissolução do Conselho de Sentença, promovida pelo Juiz de origem, por entender que as respostas à quesitações ofertadas contrariavam a realidade dos autos. Pleito de desaforamento formulado pelo Promotor de Justiça, mediante solicitação dos cidadãos, com a aquiescência do juiz do processo (...).

10. Submetido ao terceiro julgamento pelo Júri, foi o paciente condenado por homicídio qualificado pela "surpresa" (C.Penal, art. 121, §2º, IV), à pena de 16 anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado (f. 518).



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

11. Interposta apelação pela Defesa (C.Pr.Penal, art. 593, III, a, c e d), dela a 1ª Câmara Criminal do TJPe conheceu em parte e, nessa parte, negou-lhe provimento, **verbis** - Apenso I, f. 517/527:

"Apelação. Argumento de nulidade posterior à pronúncia. Inocorrência. 'A falta de prova da entrega do libelo não constitui nulidade quando devidamente contrariada aquela peça' (TJSC, RT 452/424). Ademais, a nulidade não foi argüida no momento certo, ocorrendo a preclusão. Argumento de que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos. Não conhecimento, porquanto não se admite segunda apelação com o mesmo fundamento. Erro ou injustiça na aplicação da pena. Inocorrência. (...)".

12. Daí a impetração ao STJ, na qual se alegou:

(1) nulidade do acórdão que deu provimento à apelação do Ministério Público, que se ateve exclusivamente à **legítima defesa real**, sendo que o relatório e os votos proferidos sequer cogitaram da legítima defesa **putativa**, verdadeiro fundamento da absolvição;

(2) absoluta falta de fundamentação da sentença de pronúncia, que não faz menção a fatos concretos capazes de atestar a ocorrência de qualquer das hipóteses da qualificadora do § 2º, IV, do art. 121, C. Penal (f. 121/123);

(3) libelo que também se limitou à reprodução abstrata e genérica do inciso IV, deixando em aberto a qualificadora (f. 124);

(4) ilegalidade na dissolução do conselho de sentença, por inobservância do art. 489 do C.Pr.Penal⁽²⁾;

² C.Pr.Penal, art. 489: "Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já proferidas, o juiz, explicando aos jurados em



(5) reconhecimento do homicídio simples no 2º julgamento, já que, afirmada a existência da agressão embora justa e iminente ficara prejudicado o questionamento da qualificadora da surpresa, que pressupõe a ausência de prévia agressão;

(6) assim também no 3º julgamento, que condenou o paciente, sem que se obedecesse ao disposto nos arts. 489 e 490, do C.Pr.Penal, malgrado a contradição na resposta de quesitos: aduz que, ao afirmar o Júri que o paciente supôs que a vítima iria sacar de alguma arma (3º quesito), ficou prejudicado e, por isso, não poderia o Júri responder, sobretudo afirmativamente, como o fez, ao quesito relativo à surpresa (11º quesito), pois "a suposição errônea do agente afasta essa qualificadora", que "é de índole nitidamente subjetiva" (RTJ 745/613);

(7) desaforamento injustificável e deferido, indevidamente, depois de realizado o 1º julgamento, quando não é mais possível, segundo doutrina que menciona (Mirabete, p. 424⁽³⁾);

(8) desaforamento deferido pela 2ª e não pela 1ª Câmara Criminal do TJPe, que anteriormente julgara a apelação do Ministério Público;

(9) circunstância qualificadora do homicídio reconhecida pelo Júri (surpresa), não articulada na denúncia e incompatível com os fatos nela descritos: inimizade e discussão anterior ao crime que descaracterizam a qualificadora de recurso que dificulta ou

que consiste a contradição, submeterá novamente à votação os quesitos a que se referirem tais respostas."

C.Pr.Penal, art. 564: "A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: (...) Par. único. Ocorrerá ainda a nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas."

³ Este o trecho da obra de Mirabette: "realizado o primeiro julgamento, não é mais possível pedido de desaforamento, ocorrendo uma espécie de preclusão, porque o deferimento atenta contra a soberania do júri, como se houvesse uma censura sobre o primeiro julgamento".



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

impossibilita a defesa da vítima; fatos que, de outro lado, se amoldam à "superioridade de armas", que nada tem a ver com referida qualificadora (C. Penal, art. 121, § 2º, IV);

(10) erro na distribuição da 2ª apelação, interposta pela Defesa contra o 3º julgamento pelo Júri, pois designado o relator sem observância art. 71, V, do RITJ de Pernambuco; e substituição do novo relator por juiz convocado com ofensa ao art. 118, § 4º, da LOMAN.

(11) afronta ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, dada a invocação da parte final do §3º do art. 593 do C.Pr.Penal (apelação pelo mesmo motivo), para não conhecer do recurso do Paciente, fundado na alínea d do dispositivo (decisão manifestamente contrária à prova dos autos).

13. O STJ conheceu em parte da **habeas corpus** e, nesta parte, indeferiu a ordem, nos termos do voto-condutor do il. Ministro **José Arnaldo**, do qual se extrai (f. 51/55):

"De início, saliente-se que a presente impetração não merece ser conhecida na sua inteireza.

Com efeito, no que pertine às alegações de irregularidades na distribuição da segunda apelação é de se verificar que não foi submetida à apreciação do Tribunal apontado coator, pelo que deixo de conhecer da impetração quanto a esse ponto, sob pena de indevida supressão de instância(...)

No que tange às demais questões - decididas na instância **a quo** - conheço da impetração, na linha do parecer subscrito pela Drª. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, ilustre Subprocuradora-Geral da República, o qual adoto como razão de decidir, verbis (fls. 40/4):

'08. O writ não merece prosperar.

09. Inobstante a longa narrativa que fez dos percalços do processo, o que pede o impetrante, na verdade, é a anulação do julgamento da primeira apelação, que transitou



em julgado em 20/02/2001 (fl. 148 - apenso I), assim como a exclusão da qualificadora do inciso IV, § 2º, do art. 121, do CP, elencada na sentença [de pronúncia] de fls. 82/84 [f. 121/123 - STF], também do apenso I, que, por sua vez, transitou em julgado em 08/10/1999 (fl. 84v.).

10. Ora, tais matérias como se vê não podem mais ser discutidas porque alcançadas pelo instituto da preclusão, não havendo, portanto, que se falar em constrangimento ilegal a ser sanado pela via eleita.

(...)

12. *Ad argumentandum*, no que tange à decisão de desaforamento, da mesma forma, a nosso sentir, encontra-se presentemente vedada a análise do tema em face da preclusão (vide acórdão acostado às fls. 366/371, do apenso II, julgado em 16/04/2003, contra o qual não houve qualquer manifestação tempestiva de inconformismo).

13. *Ad argumentandum*, ainda, no que pertine às alegações de irregularidades na distribuição da segunda apelação (vide acórdão juntado às fls. 524/527, do apenso III), não há nos autos discussão alguma sobre esta questão, motivo pelo qual não pode ser apreciada a matéria pelo STJ, sob pena de supressão de instância.

14. Demais disso, alegação de ofensa à legislação infraconstitucional é matéria a ser discutida pela via especial, cumpridos os pressupostos legais extrínsecos e intrínsecos peculiares ao apelo raro.

15. Alfim, *prima facie* não vislumbramos mácula alguma no v. acórdão de fls. 524/527, do apenso III, que não conheceu da apelação com fulcro no artigo 593, III, d, do CPP (...), [pois o] Tribunal de Justiça julgou anteriormente apelação interposta pelo Ministério Público Estadual sob o mesmo fundamento (decisão manifestamente contrária à prova dos autos). Dessa arte, não se pode apreciar o apelo do réu sob o mesmo enfoque, em face do óbice contido na parte final do § 3º, do art. 593, do CPP, que dispõe: '(...) não se



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda
apelação'.

(...)

16. Cumpre-nos ainda salientar que, consoante comprovam as fls. 418/419, do apenso III, houve completa aquiescência da defesa à quesitação proposta pelo Juízo ao Conselho de Sentença formado para o terceiro julgamento do ora paciente, sendo descabida, assim qualquer arguição posterior de nulidade.'

Nada há que se acrescêntar à manifestação do Parquet Federal, que expôs de forma completa a **quaestio** ora debatida."

II

14. Donde a presente impetração e o recurso ordinário, nos quais se repisam as alegações do **habeas corpus** requerido ao Tribunal Superior.

15. Ressalta-se que, além de as nulidades absolutas não se sujeitarem à preclusão - como é o caso da ausência de fundamentação da pronúncia no que tange à qualificadora (n. 2) -, a questão relativa ao erro na distribuição da 2ª apelação (n. 10) foi submetida ao TJPe, em questão de ordem até hoje não apreciada, "não se exigindo, para o conhecimento do habeas, que a questão tenha sido apreciada pelo Tribunal impetrado, bastando que tenha sido formulada perante aquele órgão julgante".

16. Em que pese o impetrante, tanto no **habeas corpus** (f. 18) como no recurso ordinário (f. 14), tenha afirmado que a apelação do Ministério Público se insurgiu "contra o reconhecimento da legítima defesa putativa", diversamente, em aditamento ao pedido (f. 154/157), pugna pelo reconhecimento do trânsito em julgado da



sentença absolutória, no caso, por incidência da **Súmula 713** do STF, questão que, contudo, não foi suscitada na impetração ao STJ.

17. Defende-se, no aditamento que transitou em julgado a absolvição pela **legítima defesa putativa**, dado que a apelação do Ministério Público, além de sequer mencionar esse fundamento, restringiu-se a afirmar que não havia prova alguma que amparasse a tese da **legítima defesa real**, jamais objeto do questionário.

18. Donde invocação da **Súmula 713**, segundo a qual "o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição".

19. O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Il. Subprocurador-Geral **Edson de Almeida**, opinou pela concessão da ordem ou o provimento do recurso ordinário, **verbis** (f. 186/189):

"Assiste razão à Defesa. Não concordo que tenha havido preclusão no caso em tela. Como ressalta o próprio acórdão do Superior Tribunal de Justiça, a preclusão importa na sanção da irregularidade argüida a destempo. Entretanto, no caso, não se trata de mera irregularidade mas, sim, de nulidade absoluta. Com efeito, a controvérsia envolve a discussão sobre a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, garantia constitucional, cuja violação não pode ser incluída no rol das nulidades relativas. Assim, afastada a preclusão, resta examinar se o Tribunal de Justiça, tendo em vista a devolução limitada das apelações contra as decisões do Tribunal do Júri, comportou-se dentro dos limites da chamada "**giurisdizione regolatrice**".

Conforme se vê dos autos, o acusado foi absolvido pelo Tribunal do Júri, havendo o Conselho de Sentença reconhecido em seu favor a tese defensiva da legítima defesa putativa. O Ministério Público interpôs Apelação sob o fundamento de que a decisão teria se dado manifestamente contrária à prova dos autos aduzindo que "existem nos fólios, prova suficientes para a condenação



do réu, não existindo nenhuma prova que o réu agiu sobre o manto da excludente de ilicitude (legítima defesa)" (fl. 128).

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, por sua vez, à unanimidade, deu provimento ao recurso (...)

Infere-se disso, que a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco incorreu em equívoco, tratando a espécie como se a absolvição tivesse por fundamento a excludente da legítima defesa real, quando em verdade, se deu pelo reconhecimento dos jurados de que o Réu agiu em erro referente aos pressupostos de fato da causa excludente de ilicitude, hipótese de descriminante putativa por erro de tipo permissivo. E tal reconhecimento, ao que consta, não se revelou manifestamente contrário à prova dos autos, vez que a tese sustentada pela defesa em plenário foi justamente a de legítima defesa putativa, a qual encontra respaldo nos depoimentos das testemunhas da acusação que confirmam a ocorrência de uma discussão entre réu e vítima antes dos fatos. No particular, destacam-se os depoimentos de Raimundo Luis Sobrinho e de Raimundo Coutinho Alencar Neto, que asseveram ter ouvido o Réu Edson (Ecinho) dizer à vítima **"Eloi, se naquele dia você tivesse dado em mim, ou eu lhe matava, ou pagava um pistoleiro para lhe matar"** ao que a vítima respondeu **"se você quiser me matar, sabe onde eu moro"** (fls. 20 e 22 do Apenso 2, do RHC 85.878). Ressalta-se ainda que Raimundo Coutinho declarou que tinha conhecimento da ocorrência de outra discussão entre a vítima e o Réu, no **"Sítio Boi Morto"** (fl. 22-v).

Revela-se, pois, plausível a versão defensiva de que o ora Paciente tenha ficado temeroso de que a vítima pudesse ter ido buscar uma arma após a discussão havida entre eles, o que justificaria sua impressão de estar agindo acobertado por uma excludente de ilicitude, ao pensar que a vítima iria sacar de alguma arma quando vinha de encontro a ele. Assim, tendo o Conselho de Sentença optado por uma das versões apresentadas, a qual **não se pode dizer esteja divorciada do quadro probatório**, não há falar em decisão contrária à prova dos autos, devendo ser cassado o acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, ao reformar a sentença absolutória do Júri, violou a soberania de seus veredictos. Não é demais lembrar que se trata de processo submetido ao Tribunal do Júri, onde vigora o sistema da íntima convicção, segundo o qual os jurados decidem **ex informata conscientia** (HC 68.047-MG, rel. Min. Sepúlveda Pertence, RTJ 132(1):307,



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

abr. 1990), sem necessidade de fundamentação: "a sentença baseia-se na certeza moral do juiz" (Hélio Tornaghi. Código de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo, Saraiva, 1990, v. 1, p. 274). Assim, como observado por Nelson Hungria, citado por Espínola Filho, o júri "não pode condenar ou absolver, desde que não há nenhum apoio na prova, **mas dentro dos autos tem liberdade de julgar**" (Código de Processo Penal Brasileiro Anotado. 6ª ed. vol. VI, p. 137, nota). Nesse sentido (...) (HC 83.961, **Joaquim Barbosa**, DJU 23/04/2004)".

20. É o relatório.



HC 85.702 / PE

*Supremo Tribunal Federal*V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator):

I

21. Cuidando-se de **habeas corpus** contra decisão de apelação - que, em princípio, devolve ao Tribunal o conhecimento integral da causa - reputa-se competente originariamente o STJ, ainda quando o fundamento da impetração nem haja sido aventado no recurso ordinário, nem dele se haja ocupado a decisão impugnada (v.g., HHCC 76.182, 23.6.98, 1ª T., **Pertence**, DJ 28.8.98; 75.090, 1ª T., 1º.8.97, **Pertence**, RTJ 165/258).

22. A exceção é, além da apelação parcial (C.Pr.Penal, art. 599) e dos recursos de natureza extraordinária (CF/88, arts. 102, III; e 105, III), a das apelações contra as decisões do Tribunal do Júri, cuja devolução se restringe ao fundamento legal - dentre as quatro alíneas do art. 593, III, C. Pr. Penal - indicado na interposição ou, na falta de indicação expressa, ao versado nas razões (v.g., RE 80.423, 1ª T., 15.8.75, **Moreira**, RTJ 75/243; HHCC 54.717, 1º.3.77, 1ª T., **Bilac**, RTJ 81/48; 66.649, 6.12.88, 1ª T., **Moreira**, RTJ 127/929; 68.109, 26.3.91, 1ª T., **Celso**, RTJ 136/606; 68.854, 17.12.91, 2ª T., **Borja**, RTJ 140/138; HC 85.858 - ED, 1ª T., 22.6.05, **Pertence**, DJ 26.8.05; donde, a **Súmula 713** do STF: "O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos de sua interposição").

23. Por isso, na apelação contra as decisões do Júri, ainda que possível o reconhecimento de ofício de nulidade absoluta em favor da defesa, não basta que, a respeito, não se haja pronunciado



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

o juízo da apelação para que a coação se faça imputável ao Tribunal de Justiça, de modo a firmar a competência originária do Tribunal Superior (v.g., HHCC 74.067, 1ª T., 13.8.96, **Gallotti**, RTJ 63/526; 75.090, 1ª T., 10.6.97, **Pertence**, RTJ 165/258; 78.322, 1ª T., 2.3.99, **Moreira**, DJ 23.04.99; 77.552, 1ª T., 11.11.97, **Sanches**, RTJ 174/181; 77.493, 1ª T., 1.9.98, **Pertence**, DJ 9.10.98; 74.518, 2ª T., 18.2.97, RTJ 165/941; 77.993, 1ª T., 9.3.99, **Pertence**, RTJ 169/317; RHC 81.748, 1ª T., 2.4.02, **Pertence**, Inf. 262).

24. No caso, portanto, somente cabia ao STJ o conhecimento das questões suscitadas na impetração compreendidas no âmbito da devolução das apelações interpostas e do pedido de desaforamento.

25. É o caso da alegada nulidade do julgamento da apelação do Ministério Público, por se ter limitado a fundamento diverso daquele assentado pelo Júri para absolver o paciente (n. 12, item 1; f. 126/137); do não-conhecimento do recurso do paciente, na parte em que alegou ser a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, dado que o Tribunal já havia analisado recurso com o mesmo fundamento (n. 12, item 11; C.Pr.Penal, art. 593, §3º; f. 422/424 e 428/444, apenso III); e do desaforamento (n. 12, itens 7 e 8).

26. No mais, cabia ao STJ analisar apenas a alegação de erro na distribuição da 2ª apelação (n. 12, item 10), questão que, mesmo nos recursos de devolutividade restrita, sempre é devolvida ao Tribunal de segundo grau e sobre a qual deve se pronunciar de ofício, como de fato o fez, ainda que implicitamente, ao julgar o recurso.

27. Ademais, se de um lado, quando da interposição do recurso, seria impossível prever a quem ele seria distribuído, de outro,



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

diversamente do que afirmou o acórdão impugnado, não se exige, para o conhecimento do recurso ordinário de **habeas-corpus** ou a impetração substitutiva dele, o requisito do prequestionamento na decisão impugnada (v.g., HC 85.673, 1ª T., 31.5.05, **Pertence**, DJ 24.65.05).

28. O fato, contudo, é que, embora a tanto não estivesse obrigado, de ofício, o STJ analisou outra questão, ao acolher integralmente o parecer do MPF, ainda que para indeferir a impetração, qual seja, a exclusão da qualificadora pelo Júri (n. 12, itens 5 e 6).

29. Ressalte-se que, nos autos, não há notícia de que tenha sido interposto recurso em sentido estrito contra a sentença de pronúncia (C.Pr.Penal, art. 581, IV).

30. Conheço apenas em parte, pois, do **habeas corpus** e do recurso ordinário (n. 12, itens 1; 5/8; 10; e 11).

II

31. No mérito, estou convencido de que é inequívoca a nulidade do acórdão da primeira apelação, ao cassar um veredicto jamais existente.

32. É da jurisprudência do Tribunal, com efeito, que a apelação da decisão do Júri é adstrita aos motivos invocados pelo apelante, quando da interposição, ou, ao menos, da apresentação tempestiva das razões, que complementam o recurso (v.g., RE 80.423, 15.8.75, 2ª T., **Moreira**, RTJ 75/243-7; RE 92.062, 29.4.80, 1ª T., **Xavier**, DJ 23.5.80; HC 59.486, 2ª T., 13.4.82, **Moreira**, DJ 21.5.82).



33. Porque o complementam, a ponto de especificar o motivo legal de sua interposição, nada impede que as razões, como no caso, especifiquem ainda mais a causa de pedir, à qual ficará adstrito o Tribunal; o que não significa desistir do recurso interposto, mas apenas delimitar a causa de pedir, em caso excepcional de recurso de devolução circunscrita à que formulada pela parte recorrente.

34. Certo, é questão a deslindar se, fundada a apelação contra o veredicto do Júri, pode o Tribunal **ad quem** provê-la porque tenha sido de manifesta contrariedade à prova outro tópico da decisão dos jurados que não o suscitado pelo apelante.

35. Mas, de qualquer sorte, há de o recurso voltar-se contra o motivo real do veredicto, não contra outro, em que não se haja fundado ele: assim, na espécie, em que a apelação se alicerçou na patente inexistência de legítima defesa real - causa excludente da ilicitude do fato -, ao passo que a absolvição do paciente se baseara na afirmação da chamada legítima defesa **putativa**, excludente da culpabilidade do agente.

36. Por isso mesmo, não tem sentido conceder a ordem para determinar a devolução do caso ao Tribunal de Justiça para que se renove o julgamento da apelação realmente interposta - isto é, contra o suposto reconhecimento da legítima defesa **real**, que, nesses termos, é inepta, porque, repita-se, voltada contra um veredicto inexistente.

37. Esse o quadro, nos termos do aditamento à impetração - que, no entanto, ultrapassam os limites da dirigida ao STJ -, defiro de ofício o **habeas corpus**, para cassar o acórdão que julgou a apelação contra o primeiro julgamento do Júri e, em consequência, manter a



HC 85.702 / PE

Supremo Tribunal Federal

absolvição nele pronunciada em favor do paciente e determinar-lhe a soltura, se **por al:** é o meu voto.


Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE Relator

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 85.702-7

PROCED.: PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACTE.(S): EDSON ARAÚJO DA PENHA

IMPTE.(S): JOÃO RIBEIRO DE MORAIS

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma deferiu, de ofício, o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falou pelo paciente o Dr. João Ribeiro de Moraes. 1ª Turma, 13.09.2005.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Delza Curvello Rocha.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador